

## Recensões

### Orientações Cosmológicas da Medicina Ocidental

Recensão do livro

*Mediar, medicar, remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental*, de Jane Dutra Sayd  
(Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, 193 p.)

Percorrer o longo espaço de tempo em que se desenrola a história da medicina ocidental constitui uma tarefa árdua. Não somente porque o objeto possui uma longa gestação, até culminar, a partir do século XX, na consolidação da chamada racionalidade médica ocidental, mas, principalmente, porque a autora procura identificar algumas linhas mestras de orientação ao longo das descontinuidades históricas. Trata-se de um trabalho minucioso, que remonta às origens do pensamento hipocrático até os nossos dias, detendo-se, particularmente, na prática terapêutica dos médicos brasileiros ao final do século XIX.

Abordando a medicina enquanto mediação entre a natureza e o homem, a autora não se propõe realizar um compêndio acerca das descobertas científicas e seus desdobramentos técnicos. Propõe, antes, uma análise das orientações cosmológicas que possibilitaram, através de grandes períodos

históricos, tanto as mudanças de paradigmas no âmbito desse saber como a permanência dos velhos desafios que envolvem a prática terapêutica.

Mergulhando nesse universo cosmológico, a autora vai desvendando as inter-relações entre a medicina e os referenciais de ordem religiosa e filosófica que vêm orientando a história da medicina ocidental. O trabalho torna-se, então, bastante pertinente para os pesquisadores que estudam religião, especialmente, em sua interface com a questão da cura e da terapêutica.

Na primeira parte, o trabalho apresenta um panorama geral, que se estende desde os primórdios da medicina ocidental, na Grécia, até a consolidação desse saber em base científica. Assim, o auge da civilização grega é um período onde florescem não somente a filosofia e as artes, mas também a medicina, ancorada na concepção grega de natureza, onde o conceito de *physis* desloca-se de uma percepção relativa ao mundo natural para o âmbito do ser humano. As enfermidades, nessa concepção, deslocam-se da abordagem mágica, do mal e do castigo, para serem percebidas em conexão com as leis mais gerais do mundo natural. Os escritos hipocráticos, reunidos na chamada Escola de Cós, fundamentam essa nova visão que encontra ecos em épocas até bem recentes.

Desde a época grega, a questão da terapêutica apresenta-se como uma mediação entre o homem e a natureza. Enfatizando o desafio implicado nessa questão, a autora traça uma linha de continuidade, para além dos contextos sócio-históricos que nos distanciam dos antigos:

No tocante à terapêutica, esta questão é crucial e assume um caráter permanente e “a-histórico” para a humanidade. Por mais que as concepções de saúde e doença sejam definidas histórica e socialmente, sempre chegará o momento em que o homem se verá como uma natureza física, imerso no restante do mundo físico, a buscar um modo de vida, ou de cura, no relacionamento com este mundo. (P. 24)

A forma que assume essa busca encontra-se ancorada em dois caminhos distintos de compreensão da terapêutica. O primeiro deles, o da *vis medicatrix naturae* (expresso no mito

de Higéia), compreende uma relação de harmonia entre o homem e o ambiente que o cerca, caminho este mais característico da medicina grega clássica; a segunda, por sua vez, implica na reconstituição do equilíbrio perdido através da intervenção dos medicamentos (expresso pelo mito de Panacéia).

A partir desses dois grandes leitões de concepção do papel da terapêutica, a autora traça a trajetória da medicina ocidental, mostrando o deslocamento gradual da matriz grega em direção à proeminência da via medicamentosa. Embora se trate de um longo percurso, cujos resultados mais visíveis aparecerão somente séculos mais tarde, é possível identificar alguns pontos de inflexão gestados em momentos históricos onde a religião exerceu um papel efetivo:

A grande mudança de eixo ocorrida entre o período helenístico, o final do Império Romano e o início da Idade Média não se localiza principalmente em Galeno, como querem alguns historiadores da medicina, embora sua extensa obra faça parte da base prática desta mudança. Esta transferência de pólo, da natureza medicatriz e mantenedora para a natureza que se regozija na transmutação, começa nesse momento mas não se faz de uma vez só. Ela se desenvolve e se aprofunda, cada vez mais, a partir dos princípios da religião cristã e da alquimia. (P. 36)

A partir do Renascimento, a centralidade que o conceito de natureza adquire vai ser paradigmaticamente exposta nos trabalhos de Paracelso. As suas teorias, no entanto, serão apenas uma dentre a diversidade de escolas terapêuticas que existiam nesse período. Essa confusão de disputas começa a se alterar somente a partir do século XVII, com o Iluminismo, e, mais intensamente, no século seguinte. Muito embora, segundo a autora, a preponderância da terapêutica galênica estenda-se até o século XIX, com o racionalismo iluminista as concepções mágicas e esotéricas da natureza são definitivamente esquecidas.

Perfazendo um interessante movimento de “retorno”, o ambiente intelectual do iluminismo faz renascer algumas facetas da escola hipocrática, no que se refere às noções de saúde, doença e cura:

Para o filósofo racionalista, a Razão Divina não deixa o homem entregue, sem recursos, ao sofrimento. Tanto o seu organismo possui forças próprias quanto a natureza oferece meios curativos. A busca da cura só pode se basear, também, em propostas racionais, derivadas da observação e da classificação da doença, e de elementos da natureza que possam servir como remédio. (P. 46.)

Diante da confiança na racionalidade intrínseca da natureza, viabilizando os processos de reequilíbrio e cura, verificou-se um certo ceticismo e, por vezes, uma atitude niilista em relação à prescrição de medicamentos. Essa atitude crítica veio a impulsionar o desenvolvimento da medicina anátomo-clínica, enfatizando a investigação do processo de instauração da doença. Esses desenvolvimentos, no entanto, não se reverteram em terapêuticas mais eficazes, o que levou a medicina, até o século XIX, a uma situação de relativo desprestígio para com os sistemas terapêuticos concorrentes utilizados pelos curandeiros.

Após a discussão sobre a trajetória da terapêutica num plano mais geral, na segunda parte do trabalho a autora aproxima o foco de sua investigação para traçar um panorama do desenrolar desse processo em terras brasileiras. Verificando uma concomitância entre os debates travados na Europa e os daqui, ela vai discorrer sobre o processo de institucionalização do saber médico, a receptividade (e repetição) às teorias estrangeiras e a capacidade de produzir novas abordagens terapêuticas, como foi o caso da Escola Tropicalista baiana.

Embora o saber médico estivesse em processo crescente de institucionalização, até o século XIX o cenário terapêutico era, no entanto, bastante variado:

(...) os medicamentos europeus mais conhecidos estavam misturados a tradições indígenas e africanas, a mezinhas obscuras e panacéias importadas. Havia uma farmacopéia oficial, a farmacopéia francesa, que vigorou entre nós de 1837 a 1926, o que não impediu a proliferação de drogas de todos os tipos. Há denúncias contra medicamentos espíritos, fórmulas prontas de conteúdo mal definido, e os próprios médicos e as autoridades são acusados de não combatê-los à altura. (P. 72.)

Toda essa polifonia de opções vem evidenciar uma tensão entre o processo de institucionalização da profissão, que acarretava o fortalecimento da corporação científica, e a fragilidade de procedimentos terapêuticos normatizados. Nesse contexto, a prática terapêutica médica, realizada individualmente através de critérios empíricos, não se diferenciava da do curandeiro.

Através da análise das orientações cosmológicas que fundamentavam o saber médico, a autora apresenta algumas pistas que nos auxiliam a compreender as dificuldades de alteração da “caoticidade” do cenário terapêutico da época. Assim, embora esse contexto favorecesse a disseminação, entre nossos médicos, da atitude cética, tanto estes últimos quanto os ativistas da farmacologia possuíam um ponto em comum: a falta de preocupação com os fatores que acarretam as doenças:

A resistência - apresentada por muitos médicos, e mesmo por cientistas, como Claude Bernard - à idéia de que as doenças fossem provocadas por microorganismos, não é simples produto do obscurantismo ou da falta de fé na ciência. A doença como distúrbio funcional individual, a expectação medicamentosa mais os regimes hipocráticos, a luta contra o ceticismo no trato com as drogas, tudo isso faz um conjunto onde transparece, no fundo um traço: a crença na positividade da natureza, em Higéia e Panacéia. Para esses clínicos, a idéia de natureza como coisa benigna, capaz de fornecer remédios e forças intrínsecas ao próprio organismo, ainda é uma crença. Isso os faz duvidar, não da existência das bactérias, mas do valor deste conhecimento para a medicina.” (P. 79.)

A partir da terceira parte do trabalho, a autora concentra-se na análise da situação contemporânea da terapêutica ocidental, fruto do advento da microbiologia. Investigando os debates ocorridos entre médicos brasileiros, verifica o crescente desprestígio que a via medicamentosa - representada por Panacéia - experimenta em favor do apreço conferido, desde Pasteur, à higiene. A medicina do século XIX, ainda envolvida no ideal iluminista da natureza benfazeja, passa, então, por uma transformação acentuada: a natureza se dissocia do homem, fazendo com que a medicina assumira uma atitude bélica diante dos terríveis inimigos, responsáveis pelos pro-

cessos causadores das doenças. Afastada, assim, dos dois grande leitões por onde caminhou a arte da terapêutica desde os gregos, a medicina moderna inaugura uma nova fase:

A ciência contemporânea não escuta a natureza para se curar, pois não lhe atribui valor positivo; procura dominá-la e submetê-la a seus próprios desígnios, dos quais a cura pode fazer parte. Esta cura, no entanto, não é nem um processo de auto-aperfeiçoamento, como queriam os gregos com o mito de Hígéia, nem transformativo, de mutação provocada por uma interação com forças externas, como seria o de Panacéia. (P. 142.)

No entanto, apesar dessa concepção belicosa e hegemônica na medicina contemporânea, argumenta a autora que o problema da terapêutica continua a desafiar a prática médica na medida em que tanto o médico de hoje como o do passado só conseguem viabilizar a sua terapêutica no momento em que individualizam o tratamento. Assim, a autora considera que para compreendermos a terapêutica contemporânea é preciso traçar mais fortemente uma linha de continuidade com os velhos dilemas do que enfatizar as descontinuidades históricas nas concepções de saúde, doença e remédio.

A construção dessa perspectiva de abordagem auxilia-nos a compreender as insatisfações contemporâneas para com a medicina contemporânea, bem como a crescente procura por novas (ou antigas?) abordagens terapêuticas religiosas ou de inspiração místico-esotéricas. O destronamento, realizado pela medicina contemporânea, das duas grandes vias terapêuticas presentes desde a Grécia clássica - Hígéia e Panacéia - talvez não tenha se completado inteiramente no âmbito do processo terapêutico, deixando espaços entreabertos que têm propiciado a revalorização de concepções de saúde e cura que se supunham perdidas.

*Fátima Regina Gomes Tavares*  
*Professora na Cadeira de Sociologia da Religião*  
*PPCIR-DCRE-UFJF*